

ECOEDUCAÇÃO: um desafio permanente

**Sérgio R. JUNQUEIRA, FMS **

A Educação é um desafio permanente, seja por questões da política de organização e operacionalização, seja pelo desenvolvimento das questões relacionadas ao ensino aprendizagem. O pensar e o atuar na área da educação tornam-se um convite a um envolvimento num estar em movimento (“EDUCERE”). Com o avanço das técnicas, da complexidade da sociedade, novas variáveis estão sendo acentuadas, sobretudo no que se refere ao TEMPO e ao ESPAÇO.

O movimento da educação ocorre em contextos diversificados, tanto no espaço (“OIKOS”) concreto, como no virtual. Queremos propor uma reflexão a partir do movimento que ocorre em espaços diferentes, que subsidiem a discussão sobre a formação do pedagogo para este novo tempo, para que se supere a perspectiva de profissionais tarefeiros, dando lugar a indivíduos que assumam com maior intensidade uma ação-reflexiva capaz de real intervenção pedagógica, de maneira privilegiada no campo da escola.

São destes pressupostos que nasce o termo ECOEDUCAÇÃO¹, ou a provocação, fazendo com que o pedagogo assuma o movimento como característica de sua ação, de modo que esta seja operacionalizada nos diversos espaços dentro da sociedade.

1 - Novo ~~compre~~nder

Mais do que buscar inovações, a educação como novidade, a partir dos diversos aprofundamentos, provoca um compreender novo, como que a descoberta de ângulos até então não percebidos, ou não valorizados, entre os

* Doutor em Ciências da Educação – Professor Programa de Mestrado em Educação.

quais a ação profissional dos docentes, que recentemente vêm sendo revalorizados.

Ação docente define-se por um conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores, a fim de compreender a interação entre os membros da comunidade aprendente. Para tal, reconheço três contextos, que denomino de OIKOS: 1. contexto pedagógico (prática da sala de aula), 2. contexto profissional (saber técnico coletivo) e 3. contexto sociocultural (valores).

Urge compreender a educação dentro destes três contextos em um mundo pluriparadigmático, em que concepções diferentes convivem, seja por justaposição, seja por forma conflitante nos diversos espaços da sociedade.

Encontramos entre as realidades diferentes reações: desde a luta pela homogeneização, tendo como uma primeira conseqüência a sumária exclusão dos que se encontram no paradigma oposto, até a benevolência do silêncio cooptativo, isto sem mencionar a explicitação do confronto de posições.

O fato é a dificuldade da construção de um fazer pedagógico que valorize a diversidade, que esta não seja considerada um problema, mas variáveis a serem consideradas no movimento da educação em espaços que se abrem.

O pluriparadigmatismo, que mobiliza a comunidade em aprendizado, torna-se o encontro de forças diferentes e até mesmo divergentes, provocando o desequilíbrio das certezas para o estabelecimento de novos horizontes.

2 - Includente ou excludente

A postura assumida diante de um novo compreender dentro dos diferentes espaços, onde ocorrem o movimento deste ensino-aprendizagem, gera um processo de inclusão ou exclusão das comunidades, conseqüentemente dos indivíduos.

A educação escolar brasileira possui a pretensão de organizar-se como um processo numa perspectiva de inclusão e continuidade, possibilitando o conjunto de aprendizagens e desenvolvimento das capacidades para que todo cidadão tenha o direito de desenvolver-se ao longo da vida, através da medição das instituições escolares.

Entretanto, ao longo da história da educação, o caráter includente e/ou excludente é na realidade determinado por um conjunto de variáveis, perceptíveis ou não por aqueles que assumem a tarefa de formar os educadores e conseqüentemente de direcionar os jovens indivíduos que, ao longo de meses e anos, freqüentam os espaços escolarizados.

Entre as variáveis para este processo está o perfil do cidadão articula-

do pelas classes dirigentes, que por sua vez promovem a definição dos conteúdos e estratégias que viabilizam a formação das novas gerações. As características dos profissionais da educação deverão acompanhar esta formatação para a viabilidade da concepção estrategicamente definida.

Portanto, não basta identificar os paradigmas de cada período, mas é preciso compreendê-los e refletir sobre os mesmos, a fim de repropor as concepções definidas, ou pelo menos repensar as conseqüências para a educação proposta. O desafio é superar concepções que se repetem, mas camufladas com novas nomenclaturas e estratégias aparentemente diferentes.

3. “SKOLÉ”

A escola é a instituição utilizada para propagar as concepções propostas para sociedade, e por estar presente nas diversas sociedades é continuamente desafiada a repensar a própria ação. Etimologicamente “skolé” (grego) origina-se do termo para designar o tempo livre de ocupações², em que as pessoas se ocupavam em realizar livremente a amizade e a cultura do espírito. Posteriormente, passou a indicar instrução ministrada de forma coletiva e, sobretudo, institucionalizada³.

Podemos ainda considerar uma escola como um sistema ou doutrina de uma ou várias pessoas que possuem um certo número de seguidores que defendem as idéias de seus mestres. Portanto, um espaço que inicialmente era de encontro assistemático e que passou a ser um lugar de proposição de idéias às novas gerações, exige repensar o seu papel social de participação em nossa sociedade.

Num breve percurso histórico, é possível perceber o uso deste espaço para diversos movimentos que favoreceram a expansão de concepções na organização social, a geração de relações em campos da articulação da sociedade.

Por exemplo, a dualidade entre mente e corpo, habilmente estabelecida por René Descartes, como um paradigma revolucionário, mesmo a importante influência de Isaac Newton, que estruturou e organizou a compreensão do cosmo, favorecendo o desenvolvimento da ciência, tornaram-se na realidade uma prisão sobre a qual construímos e praticamos a concepção de educação REPRODUCIONISTA ou “BANCÁRIA”, como propôs Paulo Freire.

Os nomes e particularidades ao longo dos tempos foram diferentes, mas a compreensão de que o ser humano é um “depositário” a ser formado, moldado por outros, dominou a história ocidental. O papel das novas gerações é de permanecer com a situação. Permite-se alterar a forma, mas não o conteúdo e as regras de organização social. A escola é um dos espaços estratégicos nesse processo.

3.1. Concepções de Educação

As concepções Tradicional, Comportamentalista, Humanista e Tecnicista caracterizam-se por compreenderem o conhecimento como separados em campos especializados, numa perspectiva de fragmentação do próprio ser humano, orientando a relação com a informação através do culto ao intelecto, exilando outras dimensões humanas, perpassando uma cosmovisão mecanicista e linear do universo. Mesmo as concepções que valorizaram o chamado ativismo pedagógico, possuíam os pressupostos de orientarem a educação guiada pelo paradigma da reprodução e do condutivismo.

Considerava-se que o ser humano presente no mundo o conheceria através das informações fornecidas por um transmissor, que, por sua vez, definiria a seqüência e relevância das mesmas. O indivíduo, receptor passivo, atingiria sua eficiência quando reproduzisse os elementos transferidos para ele, como uma “tabula rasa”, cujas imagens impressas e conceitos fornecidos pelo mundo exteriorizado permitiriam o conhecer do espaço que ocupa. O aluno deveria ser mantido no estágio em que estivesse (reprovado), caso não alcançasse o volume “cultural” definido para cada etapa.

O diploma assume um fundamental papel de hierarquização, verticalidade nas e das relações dentro da escola, como um divisor social. Desta forma eram justificadas as diferenças na qualidade do direito à cidadania.

No cotidiano da sala de aula é perceptível esta abordagem, pois há quase exclusividade de aulas expositivas, na qual o aluno deverá “dar a lição” que será “cobrada” por um profissional detentor do saber. Esta rotina é garantida pela homogeneização do material didático; todos devem ter os mesmos textos, assistir à mesma aula e realizar um exame idêntico. Os que não forem capazes de devolver as informações permanecem no segmento em que se encontram, até provarem aquisição das solicitações definidas para a etapa em que se encontram.

Esta proposta é mediada pelo “método maiêutico⁴”, em que o professor deve ser capaz de conduzir os alunos a um resultado desejado, por meio de perguntas que representem o objetivo proposto. Para tal, são privilegiadas algumas disciplinas no currículo com o trabalho verbal (escrito e oral), assim como as atividades intelectuais e o raciocínio abstrato. É necessário formar indivíduos homogêneos para uma sociedade homogênea.

Dentro da seqüência histórica da concepção reproducionista, temos o comportamentalismo ou behaviorismo, cujo conhecimento é uma “descoberta”, mas que já se encontrava no mundo exterior. Torna-se necessário ordenar as experiências e os eventos do universo colocando-os em códigos simbólicos.

O aluno nesta abordagem é visto como um recipiente de informações e reflexões; será o produto de um processo evolutivo, portanto do meio.

Uma sociedade bem planejada é aquela em que há um conjunto de contingências de reforço, na qual os membros irão proceder segundo os procedimentos que mantêm a cultura. A experiência planejada é a base para o conhecimento, a orientação é explicitamente empírica (o conhecimento é o resultado direto da experiência). A educação, portanto, deverá transmitir conhecimentos e comportamentos éticos, práticas sociais, habilidades básicas para a manipulação e controle do mundo/ambiente. Existe a insistência em técnicas que modifiquem o comportamento e progressivamente controlem a estruturação do esquema de contingências de cada indivíduo.

Caberá à escola a importante tarefa de providenciar estratégias permanentes para o controle das diversas situações que ocorrem em seu interior, a fim de interferir objetivamente na ação dos membros de sua comunidade. O ensino – aprendizagem nada mais é do que arranjos e planejamento de contingências do reforço sob as quais o estudante aprende. É da responsabilidade do professor assegurar a aquisição destes comportamentos.

Metodologicamente, acentua-se o trabalho de individualização no ensino implicando a especificação de objetivos, envolvimento dos alunos, controle de contingências, “feedback” constante que forneça elementos específicos do domínio de uma determinada habilidade, assim como a apresentação do material em pequenos passos e respeito ao ritmo individual de cada aluno. A chamada abordagem tradicional enfatiza o produto, a transmissão cultural, a importância da influência do meio, diretivismo sobre o que será apreendido e transmitido às novas gerações.

Uma terceira abordagem é a humanista, centrada no aluno, com ênfase nas relações interpessoais e no conhecimento que dela resultam, portanto preocupada com o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos. O ser humano está em um contínuo processo de autodescoberta, do outro e do grupo. Existe uma intencionalidade de ocupar-se com a auto-realização do estudante, pois o indivíduo assume o papel de criar condições e expressões na sociedade. Equivale a uma certa diferenciação entre o mundo real e este interpretado.

A experiência pessoal (subjéctiva) fundamenta o conhecimento construído no decorrer do processo de vir a ser da pessoa humana. Este é inerente à atividade humana, pois este possui uma curiosidade natural para conhecer, o estudante organiza o processo escolar, de modo que é abolido tudo aquilo que de alguma forma seja muito diretivo. Para esta concepção, o fundamental é a atividade, e o professor é o facilitador da aprendizagem, conseqüentemente o cerne é a relação interpessoal que ocorre no cotidiano.

Outra proposta é a tecnicista, fundamentada no positivismo com uma ação pedagógica estruturada nos princípios da racionalidade, eficiência, eficácia e produtividade. O esforço é de planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjéctivas que

pudessem pôr em risco sua eficiência. Demandando uma escola preparada para treinar seus estudantes, modeladora do comportamento humano, enfatizando a reprodução do conhecimento de forma fragmentada, as partes não necessitam estabelecer relações com o todo, torna-se desnecessário pensar sobre o que está sendo estudado, mas basta reproduzir a informação com precisão. Por esse motivo há contínua preocupação no cumprir o programa, sem o qual o percurso estará altamente comprometido.

A partir desta realidade educacional, compreendida como reprodutora do conhecimento sobre a qual o processo pedagógico das escolas foi estabelecido durante muitos anos, originou-se a reflexão e a elaboração de uma nova compreensão do que poderia ocorrer no espaço como a escola.

O novo movimento para o processo da educação está expresso na Lei de Diretrizes e Bases – 9394/96⁵, relatada pelo Senador Darcy Ribeiro. Visa à formação de um cidadão participe da sociedade. A LDB orienta os sistemas de educação de todo país⁶, com uma característica mais liberal, tutelando o processo educacional, com a pretensão de favorecer a diversidade nacional⁷ e a pluralidade cultural brasileira⁸.

3.2. Nova realidade educacional

Os grandes eixos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional podem ser compreendidos a partir de alguns elementos, como: conceito abrangente de educação, com vinculação ao mundo do trabalho e as diferentes práticas sociais; os padrões mínimos de qualidade do ensino; pluralidade de formas de acesso aos diversos níveis de ensino; avaliação da qualidade do ensino pelo Poder Público; definição das responsabilidades da União, dos Estados, dos Municípios do ensino; mapa conceitual preciso da educação escolar e de educação básica; requisito de relação adequada entre o número de alunos e o professor, assim como a carga horária e as condições materiais da escola; construção da identidade do ensino médio; resgate da natureza e finalidade da educação profissional; precisão conceitual para os elementos de despesas no âmbito da manutenção e do desenvolvimento do ensino; fortalecimento das fontes e dos canais de financiamento da educação; para tal, a fixação dos prazos de repasses de recursos para Estados e Municípios; reconfiguração de toda a base curricular⁹.

Foram elaborados ainda, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e publicados progressivamente para orientar os novos currículos, no desejo de aproximar o ensino da vida cotidiana e incentivar o aluno a pesquisar, levantar hipóteses, criticar, estabelecer relações, interpretar e criar. O ensino de língua portuguesa, por exemplo, não deve restringir-se à transmissão de conhecimentos de gramática, mas vincular-se aos textos de jornais, revistas e livros. Os PCN's prevêem ainda a inclusão dos chamados “temas transversais” como:

ética, saúde, meio ambiente, trabalho e consumo, pluralidade cultural e orientação sexual, que devem permear o conteúdo de cada matéria obrigatória.

É a proposta de uma educação: destacar-se a transdisciplinaridade, rompendo com os objetivos disciplinares; estabelecer novas relações com o trabalho do professor, assumir uma característica de equipe e propor ações de conjunto. No cotidiano escolar, ocupar-se no trabalho a partir de competências e não de conteúdos estanques e desvinculados da realidade dos alunos; pressupor a compreensão de que não basta acumular informações que são efêmeras e fragmentadas, quando a ciência, através de seus avanços, demonstra uma nova dinamicidade das relações.

Enquanto as disciplinas mapeiam um conhecimento explícito, resultante das ciências, mas em geral sempre em retardo, pois não conseguem acompanhar o rápido e internacional avanço, as competências mapeiam a mobilização do conhecimento ao serviço das pessoas. Visam ao exercício da cidadania (articulação entre o pessoal individual e o coletivo) da “pessoalidade”¹⁰.

Tudo isso implica adotar um planejamento flexível e indicativo, visando a uma avaliação formativa, dirigida a uma menor compartimentação disciplinar, já que o trabalho em equipe requer espírito de cooperação, procurando discernir o que é essencial no programa, para tal promovendo o estabelecimento das competências didáticas necessárias para o domínio dos conteúdos com fluência, construí-las em situações abertas e tarefas complexas, explorando os acontecimentos, a fim de favorecer a apropriação da atividade, dominando a matriz, ou seja, a estrutura do conteúdo e suas relações.

A escola, espaço historicamente diversificado, encontra-se com frequência diante do desafio de permanecer ou alterar sua formação, sobretudo saber por que, com consistência, rever o que faz para traçar novos passos.

4. Permanecer e/ou mudar

Os profissionais que atuam nos diversos movimentos da educação, não apenas no ambiente escolar, precisam estabelecer uma compreensão intencional do que realizam, caso contrário teremos um contínuo processo de mudanças provocados por causas externas e dificilmente por convicções teóricas.

Entre as variáveis de interferência que aumentam de importância, estão a velocidade e o volume da transmissão das informações. Esta constatação não é mais uma novidade, já faz parte do cotidiano. O desafio é aprimorar os critérios de seleção das variáveis.

Esses critérios contribuíram no dilema entre permanecer ou mudar as concepções norteadoras do movimento da educação. Encontramos argumentos que não só justificam a permanência de nossa compreensão e, conseqüentemente, de nossas ações, mas também elementos que questionam e propõem uma alteração de nossos referenciais.

O filósofo Parmênides, da escola eleática (+ ou – 544-450 a.C.), afirmou que, para se chegar à verdade, não podemos confiar em dados empíricos, temos de recorrer à razão. Desta forma não podemos mudar nada, só existe o ser, imutável e único, em oposição ao não ser. Precisamos ignorar os sentidos e examinar as coisas com a força do pensamento, pois o que está fora do ser não é o ser, é o nada, o ser é um. O vir a ser ou devir é uma ilusão, o fluxo da natureza também, razão pela qual o confiável é aquilo que é assimilado e compreendido.

Contemporaneamente em Éfeso, Heráclito (+ ou – 540-470 a.C.) afirma que tudo flui, não entramos no mesmo rio duas vezes e o sol é novo cada dia. É o filósofo do devir, ou vir-a-ser, propõe que tudo nasce, transforma-se e se dissolve, chamou a atenção para o pluralismo, os opostos: “Nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos (Heráclito, Alegorias, 24)”.

Seria impróprio, na busca da qualidade da seleção das informações, saber posicionar-se entre os princípios fundantes que devem ser continuamente questionáveis e algumas vezes permanecer, assim como identificar a forma muitas vezes apenas onubila a consistência da compreensão e provoca o questionamento da divergência entre teoria e prática.

Saber compreender o contexto, a “OIKOS” para orientar o “EDUCERE”, desafia o “PAIDOGOS” em seu processo de ação no ensino-aprendizagem, sem acentuar de forma pontual nos elementos do ciclo de aprendizagem (ALUNO – PROFESSOR – CONTEÚDO – ESTRATÉGIA) favorecendo a fragmentação do conhecer.

Exercitar a não fragmentação em busca da formação de um profissional ,cuja reflexão e ação orientam o trabalho, escolarizado ou não, é a construção seja nas instituições formadoras, na capacitação em serviço.

5. Indicadores da cultura de inovação

O fato de existirem diferentes ações não significa necessariamente a existência de inovações, ou seja, a substituição de ensinar um corpo de conhecimento científico por um novo enfoque centrado na busca e na descoberta por meio da experimentação significa a elaboração de mediações pedagógicas propostas pela atual concepção de educação.

Ao orientar um processo de inovação, existem alguns elementos que podem favorecer a compreensão deste ou daquele percurso selecionado tais como a história e característica da instituição. O próprio processo que exige um trabalho de contínua reflexão, busca e descoberta. É preciso organizar a formação inicial e/ou permanente dos profissionais da educação, a fim de que compreendam o papel do recorte específico das disciplinas na organização curricular na qual está inserido, é importante saber selecionar e organizar conteúdos das áreas de modo a assegurar sua aprendizagem pelos alunos dos diferentes segmentos, a partir de uma sólida formação das áreas. Para tal é

fundamental que se destaca que o objeto, conteúdos, historicidade, métodos de investigação próprios que compreendam as práticas do princípio da contextualização dos conhecimentos escolares como estratégia propiciadora da aprendizagem. Preciso é, ainda, planejar e gerenciar o tempo, o espaço e as rotinas escolares a partir da compreensão dos temas didáticos, da observação sobre a prática, aspectos que fazem parte de uma nova cultura no movimento da educação.

6. Diferentes ações

Os espaços onde ocorrem o movimento da educação vão diversificando, mas existe um com papel de significativa importância – a escola. Nela continuamente se questiona a ação realizada; os profissionais envolvidos devem compreender esta situação como problema e não variáveis a serem consideradas para um novo passo., o que demanda assumir uma consciência da existência de um pluriparadigmatismo, provocando ações diferentes que permitam o confronto pedagógico para escolha do que permanece e o que é alterado.

Para poder estabelecer estas ações concretizadoras de um processo, torna-se necessária a presença de profissionais consistentes e criativos. A Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) propõe um perfil de profissional para o docente, independentemente do segmento escolar em que atua, mas que orienta a ação deste elemento no processo do ensino aprendizagem.

Entre as características estão as de que os docentes devem participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do local em que atua. Assim como é responsável por zelar pela aprendizagem do aluno, estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas aula, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (9394/96 – art. 13).

Para poder tornar possível esta compreensão, o artigo 61 da mesma lei define que a formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, tendo como fundamentos: a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço, aproveitando da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Outra perspectiva existente é a da racionalidade técnica, uma epistemologia da prática derivada do positivismo. Nela, os profissionais competentes são os que solucionam problemas instrumentais, selecionando o meio técnico mais apropriado para questões específicas, aplicando teoria e técnica derivadas de conhecimento sistemático. O problema é que na educação não

se percebe esta perspectiva, mas sim uma justaposição de estratégias, necessariamente não explícitas numa concepção teórica.

7. Concluindo

Permanecer integrado e ser um integrador no movimento da e na educação exige com certeza a sensibilidade para o espaço em que se encontra, ter consciência do real significado educacional, propondo-se um novo compreender da ação pedagógica que poderá exercer uma força de exclusão e ou de inclusão dos envolvidos neste processo, visto que a escola é uma instituição desafiada, não apenas a reordenar as suas formas, mas sem dúvida reordenar a sua constituição, a fim de responder aos novos tempos, em que mudar e permanecer tornam-se questões vitais de sua própria existência, superando, através de diferentes ações, o seu fazer e a própria identidade. Para tal existem indicadores que manifestam a cultura do inovar, sobretudo, do responder à vida cidadã daqueles que participam do cotidiano escolar.

A educação é um desafio permanente, pois é a vontade, o desejo, a alegria de gerar vida, formar indivíduos com história, identidade, nome dentro uma sociedade que cada vez mais amplia seus horizontes em busca da dignidade de seres humanos. Somente assim poderemos gerar uma ECOEDUCAÇÃO.

Notas bibliográficas

1. Nota: Em princípios dos anos noventa, Francisco Gutiérrez propôs o termo “ecopedagogia”, visando promover um novo sentido para a perspectiva de uma educação para a cidadania planetária, a fim de estabelecermos uma cultura da sustentabilidade (Gadotti: 1999). A partir da leitura deste texto e da reflexão de J. Gimeno Sacristã (1991): “Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores” é que proponho esta breve reflexão sobre o OIKOS do movimento EDUCERE que interfere na organização da ação religiosa, sobretudo nas escolas confessionais católicas.
2. Nota: “scholae dictae sunt non ab otio ac vacatione omni, sed quod, caeteris rebus omissis, vacare liberalibus studiis pueri debent” (De verborum significatu, 470, 14 – Festo).
3. Cf. J. PRELLEZO– C. NANNI – G. MALIZIA (Org.). 1997. *Dizionario di Scienze dell'Educazione*. Torino: Elle Di Ci – SEI, 982 a 984.
4. Nota: Processo pedagógico socrático, que consiste em multiplicar as perguntas a fim de obter, por indução dos casos particulares e concretos, um conceito geral do objeto em questão.
5. Cf. G. ALVES. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional*. 1999. Brasília: Mimeo.
6. Cf. W. MORAES. *E a lei sai da gaveta*, in: “Visão” 19(1993)52, 17.
7. Cf. C. CASTRO. *O momento atual da educação e a LDB*. 1997. Brasília: Mimeo.
8. Nota: “[...] art. 2o A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidades o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3o O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I. igualdade de condições para o acesso e permanên-

cia na escola; II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância; V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII. valorização do profissional da educação escolar; VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX. garantia de padrão de qualidade; X. valorização da experiência extra-escolar; XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais [...]". (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96*. 1997. Rio de Janeiro: Qualitymark.)

9. Cf. M. CARNEIRO. *LDB – leitura crítico-compreensiva*. 1998. Petrópolis: Vozes, 12-13.

¹⁰ Cf. N. MACHADO. *Anotações sobre o Seminário o Ensino Médio da ABEC*. 2000. Campinas: Mimeo.

Referências bibliográficas

ALVES, G. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional*. 1999. Brasília: Mimeo.

CARNEIRO, M. *LDB – leitura crítico-compreensiva*. 1998. Petrópolis: Vozes.

CASTRO, C. *O momento atual da educação e a LDB*. 1997. Brasília: Mimeo.

FULLAN, M – HARGREAVES, A. *A escola como organização aprendente. Buscando uma educação de qualidade*. 2000. Porto Alegre: ARTMED.

GUTIÉRREZ, F. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. 1999. São Paulo: Autores Associados.

HERNÁNDEZ, F. (Org.). *Aprendendo com as inovações nas escolas*. 2000. Porto Alegre: ARTMED.

IMBERNÓN, F. (Org.). *A educação no século XXI*. 2000. Porto Alegre: ARTMED.

KULLOK, M. *Formação de professores para o próximo milênio: novo locus?* 2000. São Paulo: Annablume.

MACHADO, N. *Anotações sobre o Seminário – Ensino Médio da ABEC*. 2000. Campinas: Mimeo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 1997. Rio de Janeiro: Qualitymark.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da Educação básica em cursos de nível superior*. 2000. Brasília: MEC.

MORAES, W. *E a lei sai da gaveta*, in: “VISÃO” 19(1993)52.

PRELLEZO, J. – NANNI, C. –MALIZIA, G. (Org.). *Dizionario di Scienze dell'Educazione*. 1997. Torino: Elle Di CI – SEI.

- SACRISTÃ, J. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. 1991. Porto: Porto.
- SANCHO, J. O Currículo e os temas transversais: misturar água e azeite e ou procurar uma nova solução? In: "PÁTIO" 2(1996)5.
- SCHÖEN, D. Educando o profissional reflexivo, um novo design para o ensino e a aprendizagem. 2000. Porto Alegre: ARTMED.
- TERRIE, A. Trabalho docente. Uma incursão no imaginário social brasileiro. 1998. São Paulo: EDUC.
- TORRES, C. (Org.). Educação, poder e biografia pessoal. Diálogos com educadores críticos. 2000. Porto Alegre: ARTMED.